

CFP do B, eis o meu nome!

Por Luciano Garrido

A crise de identidade pela qual atravessa o CFP [Conselho Federal de Psicologia] é muito mais séria do que supõe a nossa vã psicologia. Ao invés de deitar no divã para repensar seus conceitos equivocados, o CFP prefere sair do armário e assumir esse seu ardente desejo de virar uma sigla partidária.

Essa tentativa de vincular opiniões pacíficas, embora contundentes, a atos de agressão, extermínio, exclusão, é um artifício que não convence, absolutamente.

Concebida como autarquia responsável pela fiscalização do exercício profissional dos psicólogos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) relegou suas atribuições originais e passou a funcionar como simples órgão de agitação e propaganda ideológica, com ênfase especial no ativismo gay. Para quem não sabe, os órgãos de agitação e propaganda (agitprop) surgiram no mundo comunista como forma de aplicar a noção leninista de “guerra ideológica” aos movimentos políticos e sociais.

Uma das principais funções da agitprop é precisamente fomentar o ativismo político e ideológico, que **dissemina a mentalidade revolucionária entre as massas, abrindo caminho para a tão sonhada hegemonia cultural.** Obediente à cartilha da agitprop, o CFP organiza manifestações públicas, promove passeatas, atos de protesto, apoia publicamente movimentos de índole revolucionária, financia eventos para homenagear companheiros de ideologia, presta solidariedade a intelectuais esquerdistas, terroristas e

guerrilheiros, dá suporte institucional a minorias radicais, redige panfletos inflamados contra o sistema capitalista e a ordem estabelecida, solta notinhas de repúdio contra desafetos, intimida psicólogos dissidentes, entre outras exorbitâncias, todas elas patrocinadas com o dinheiro arrecadado compulsoriamente dos psicólogos. Ou seja, **uma elite corporativa faz sua revolução de luxo e os psicólogos é que pagam a fatura.**

Essa atuação clandestina do CFP já foi objeto de denúncia em outros artigos e até em representações públicas endereçadas ao Ministério Público Federal. O clima de agitação política dentro da autarquia avançou de forma tão desinibida que seus integrantes já beiram os limites da improbidade administrativa. E pior é que tudo corre às claras, registrado em farta documentação.

É cada dia mais ostensivo, por exemplo, o alinhamento político do CFP com organismos internacionais, fundações milionárias, ONGs, partidos políticos e uma vasta rede de entidades nacionais e estrangeiras, todos irmanados na consecução de um projeto de engenharia social em escala planetária. Isso pode ser comprovado não só pelos vínculos institucionais da autarquia, mas sobretudo pelo modo servil com que mimetiza o discurso produzido nesses grandes centros irradiadores do marxismo cultural. Itens como abortismo, gayzismo, multiculturalismo, feminismo, racialismo, eugenismo integram a agenda dessa elite globalista que, dentro da nova ordem mundial, adotou o colonialismo mental como forma de realizar sua distopia revolucionária.

De todos eles, é notória a simpatia que o CFP nutre pela militância gay. A fim de ilustrar essa afirmação, trago ao conhecimento do leitor a recente notícia publicada no site da autarquia (veja [aqui](#)), onde se apresenta uma

nota de repúdio às declarações dadas pelo psicólogo Silas Malafaia no programa de entrevistas da jornalista Marília Gabriela.

Logo de saída, no subtítulo da notícia, o CFP se gaba de que 25 mil pessoas teriam “curtido” – provavelmente nas redes sociais – o teor geral do documento. Fazendo paródia com a frase memorável de Anatole France, é preciso lembrar ao CFP que quando 25 mil pessoas curtem uma besteira, ela não deixa de ser uma besteira.

Esse apelo do CFP à sedução dos números só atesta, a rigor, o cacoete demagógico com o qual a autarquia geralmente conduz seus pronunciamentos públicos. Neles, dificilmente haverá um esforço no sentido de promover um debate intelectualmente qualificado. Nada disso. O que se vê é a tentativa obstinada de arregimentar multidões em prol de suas bandeiras políticas, mesmo que, para isso, use o que resta da credibilidade profissional dos psicólogos. O negócio do CFP é conquistar corações, enquanto deixa as mentes entregues a mais absoluta vacuidade.

A prova disso é que, na referida nota, predomina uma linguagem retórica apelativa, sem margem para considerações de caráter técnico ou científico. É um desfile de lugares-comuns, frases de efeito, argumentos vazios e reclamos sentimentais. Fosse o documento redigido por sindicalistas ou líderes estudantis, o tom geral do discurso, embora igualmente deplorável, seria ao menos compreensível. Vindo de um ente estatal, mantido com verba pública, e cuja principal missão é salvaguardar a reputação profissional de toda uma classe, a coisa assume contornos verdadeiramente alarmantes.

Segundo a notinha publicada pelo CFP, o psicólogo Silas Malafaia... “agrediu a perspectiva dos Direitos Humanos a uma cultura de paz e de uma sociedade que contemple a diversidade e o respeito à livre orientação”.

Afora a redação muito mal-ajambrada, algo recorrente nos documentos da autarquia, chama a atenção o uso espalhafatoso do verbo “agredir”, numa tentativa manjada de cobrir a figura do psicólogo com uma aura de violência e intolerância – falsa sob todos os aspectos, mas que predispõe o leitor a antipatias habituais.

Você deve estar se perguntando como é que uma pessoa, afinal, pode “agredir” os Direitos Humanos ou uma cultura de paz simplesmente por exercer o direito de emitir opiniões acerca de um determinado assunto. Seria a livre orientação sexual mais digna de respeito que a livre manifestação do pensamento? Uma sociedade que contempla a diversidade não é justamente aquela que respeita opiniões divergentes, ao invés de tentar criminalizá-las ou subtraí-las do debate público?

O CFP prossegue seu desarrazoado e acusa Malafaia de assumir “uma posição de retrocesso que chega a ser quase inquisitório (sic), colocando como vertentes do seu pensamento a exclusão e o preconceito na leitura dos Direitos Humanos.” Repare que o termo “inquisitório” não é algo banal. Trata-se de mais um artifício retórico – bem chinfrim, é verdade – para deflagrar associações subconscientes na mente do leitor, uma vez que o psicólogo Malafaia é também pastor evangélico, e isso sempre foi boa ocasião para evocar preconceitos ancestrais.

No imaginário popular, tão frequentemente manipulado pelo CFP, termos como inquisitório sugerem a ideia de fanatismo, autoritarismo repressor, posições atávicas e medievalescas. A patifaria intelectual é de tal magnitude que o CFP não se sente minimamente constrangido a entrar no mérito dos argumentos e apontar com exatidão o alegado perfil inquisitório que vê nas posições defendidas pelo Malafaia. Como refutar argumentos

nunca foi o forte do CFP, é mais fácil fornecer as senhas que prepararão um futuro linchamento moral ¹.

No terceiro parágrafo, de forma muito estranha, o CFP afirma que o psicólogo Malafaia... “se mostra contrário às bandeiras levantadas pela Psicologia”. Aqui, a expressão “bandeiras levantadas” só pode ser entendida como um tremendo ato-falho, pois revela de forma despuorada o impulso militante e o ativismo compulsivo, não só de quem redigiu a singela notinha, mas de toda camarilha filocomunista que se aboletou no CFP. Afinal, como pode um ramo do conhecimento acadêmico, que reclama para si o status de ciência, hastear bandeiras de natureza política? Qualquer ciência que tome partido em contendas políticas e ideológicas está condenada a perder sua isenção e credibilidade.

Por isso é que eu digo: a crise de identidade pela qual atravessa o CFP é muito mais séria do que supõe a nossa vã psicologia. Ao invés de deitar no divã para repensar seus conceitos equivocados, o CFP prefere sair do armário e assumir seu ardente desejo de virar uma sigla partidária. E que ninguém se escandalize quando a autarquia aparecer por aí, nos cabarés da política nacional, alcunhada de “CFP do B”, porque prostituiu a ciência e a profissão pelas quais deveria zelar.

As trapalhadas conceituais e as falácias argumentativas do CFP vão ainda mais longe. Ao ratificar ideias contidas na resolução nº 01/99, a nota afirma que “a homossexualidade não constitui doença, desvio ou perversão, posto que diferentes modos de exercício da sexualidade fazem parte das possibilidades da existência humana”. Temos aqui um exemplo típico de erro lógico chamado *non sequitur*, no qual a conclusão não segue a premissa. Incluir comportamentos no universo das possibilidades humanas, um modo diferente de exercício da sexualidade (ou do que quer que seja),

não basta para situá-los dentro de uma escala valorativa em que conceitos como saúde ou doença, desvio ou ajustamento, perversão ou normalidade, podem ser postos em perspectiva.

Na rubrica dos “diferentes modos de exercício da sexualidade humana” também entram o bestialismo, o fetichismo, a coprofilia, o voyerismo, a pedofilia, o donjuanismo, a necrofilia, o onanismo, o sadomasoquismo e um punhado de outras manifestações bizarras do prazer sexual e do erotismo humanos. E aí? Será que não há critérios válidos para distingui-los? Somos obrigados agora a adotar o relativismo moral, metafísico e epistemológico do CFP, em que tudo se iguala no reino das possibilidades humanas?

No final das contas, a conclusão a que se chega é que o CFP não suporta opiniões que contrariem suas convicções ideológicas. Na nota, o CFP declara como princípio o “respeito à livre orientação sexual dos indivíduos”, ainda que o psicólogo, para atendê-lo, precise desrespeitar a liberdade de escolha daqueles que o procuram solicitando ajuda para modificar sua orientação sexual ².

A posição assumida pelo CFP, ao que parece, baseia-se na ideia de que o desejo sexual é o que há de mais irreduzível no ser humano, devendo prevalecer sobre sua autonomia, consciência e aspirações pessoais. Ao afirmar que “é dever do profissional de Psicologia fornecer subsídios que levem à felicidade e o bem-estar das pessoas considerando sua orientação sexual”, o CFP parte do pressuposto de que somente a sexualidade (no caso, a homossexual) é capaz de propiciar felicidade e bem-estar, sendo tudo mais mera perfumaria. Nesse hedonismo acachapante, não há espaço para dilemas ou contradições humanas, pois o ser humano é entendido a partir de uma perspectiva unidimensional.

A concepção de natureza humana que vigora na psicologia dos integrantes do CFP está fundada numa cosmologia essencialmente materialista. Ela segue uma tendência geral que, segundo o psicólogo católico Rudolf Allers, perverteu a mentalidade ocidental ao longo dos séculos, fazendo-a acreditar que “tudo o que é inferior, tudo o que se aproxima da natureza bruta, ou inclusive morta, é julgado como o mais verdadeiro, o mais natural e o mais importante”, e que “o inferior constitui o fundo e o centro da realidade, o que realmente importa, que buscá-lo é fazer um ato de ciência e que vivê-la é conformar-se às exigências mais verdadeiras da natureza humana”. É um tipo de psicologia em que predomina, nas palavras do próprio Allers, uma “visão desde baixo”.

Portanto, se existem ações que podem ser consideradas como “extermínios de subjetividades indesejadas”, conforme afirma a nota, uma delas é precisamente essa louca pretensão do CFP de impor seu ideal de felicidade e bem-estar a todas as pessoas. Esse é a forma acabada de um pensamento totalitário que não se coaduna com o discurso pretensamente humanista que a autarquia tenta encampar. Como diz a música, “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”. Não cabe ao CFP, portanto, fazer política com o sofrimento alheio.

Por fim, essa tentativa de vincular opiniões pacíficas, embora contundentes, a atos de agressão, extermínio, exclusão, é um artifício que não convence absolutamente, nem mesmo àqueles homossexuais inteligentes e sinceros, que são capazes de entender que o sofrimento humano transcende o jogo dos interesses políticos, e que às vezes, a exemplo do que disse o filósofo Descartes, “mais vale derrotar os próprios desejos do que a ordem do mundo”.

Luciano Garrido é Psicólogo e Especialista em Direitos Humanos

¹ Já existe por aí um abaixo-assinado da militância gayzista pedindo a cassação do registro profissional do psicólogo Malafaia.

² A chamada “terapia reparativa” será tema de um próximo artigo